



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6916 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

A FORMAÇÃO CONTINUADA PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: ENTRE A TEÓRIA E O CHÃO DA ESCOLA

Luciano da Silva Pereira - UFMT/Campus de Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso

A formação continuada para educação das relações étnico-raciais: entre a teoria e o chão da escola

O objetivo deste ensaio é descrever a importância da formação continuada para o desenvolvimento de uma educação étnico-racial na perspectiva decolonial, em duas escolas estaduais do Estado de Mato Grosso. Metodologicamente, a pesquisa se insere na abordagem qualitativa proposta por Minayo (2010) e alicerça na história oral temática de Alberti (2013). Os principais instrumentos de coletas foram a observação participante e entrevistas temáticas com alguns professores e professoras, que objetivaram conhecer, como a formação continuada tem se materializado no espaço escolar, sobretudo, a temática das relações étnico-raciais.

Assim, espera-se que o momento de formação continuada, seja um espaço de discussão com objetivo de (des) reconstruir, e pensar novas epistemes para uma educação decolonial que não seja apenas discurso, mas, que às práticas desenvolvidas com os docentes e alunos, possibilite sua transformação sociocultural. Desta forma algumas questões nos instigam a pensar de que maneira podemos desconstruir tais violências coloniais no campo da educação, a pensar na formação continuada dos professores/as; a pensar formas outras de se produzir conhecimento; e, para, além disso, como organizar umas práxis fora da curva estrategicamente elaborada pelo colonialismo?

Como afirma Munanga (2005), na sociedade em geral, sobretudo, nos espaços educacionais, uma parcela da nossa população insiste em afirmar que o preconceito racial é um problema que não enfrentamos, se baseando na formação multicultural do nosso país, utilizando o discurso que somos um povo miscigenado, colorido, e multirracial. Assim, com objetivo de desconstruir as ideias de uma “democracia racial”, no Brasil, a partir das lutas do movimento negro e outros apoiadores, em 2003, é homologada a Lei nº. 10.639/03, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira.

Nessa perspectiva, importa considerar as ideias de Walsh (2013) no âmbito dos fundamentos teóricos e metodológicos para situar a Lei nº. 10.639/03 como uma possibilidade de tradução das pedagogias decoloniais. A sua implementação impulsionou movimentações curriculares baseadas nessa plataforma que visa trabalhar em sala de aula, os conhecimentos, a ancestralidade, a identidade, as práticas e as civilizações excluídas do pensamento único europeu, problematizando o currículo escolar, dando novas formas de

pensar a educação.

Nessa esteira das heranças coloniais que permeia a educação, “é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos” (QUIJANO, 2005, p. 126).

A cada ano é elaborado um documento norteador pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, orientando os processos formativos, num elo de aprender e apreender, permitindo que esses profissionais realizem o que Candau (2008) chamou de “perspectiva clássica da formação continuada de professores”, ou seja, relembrar o que aprendeu na formação inicial e atualizar na formação continuada. Segundo a narrativa da professora Maria, a formação continuada tem um papel fundamental nesse fazer pedagógico.

Olha, é muito importante a formação continuada, pois é o momento em que reunimos e discutimos os assuntos da escola. A cada reunião é possível apreender um pouco mais, esse é o papel do professor estudar e estudar. Mas, vejo estamos centralizando nossos assuntos, só discutindo BNCC e DRC/MT, e outros assuntos que é preciso discutir ficam soltos (Professora Maria, 2020).

Por meio da narrativa da professora, é possível perceber a importância da formação continuada para os professores. No entanto, apesar de contemplar as bases centrais da educação estadual no estado, a diversidade que se faz presente no espaço escolar, tem adentrado em outras discussões. Assim, ao reforçar o silenciamento nos currículos escolares, propagam a ideia de que as questões raciais no espaço escolar estão superadas.

Essa visão tende a reforçar o racismo no espaço escolar, materializado “como componente estruturante da sociedade, que penetra o tecido social e interfere no cotidiano da escola”, conforme explicita Costa (2013, p. 151). Segundo a professora Júlia as discussões sobre as relações raciais no espaço escolar, ganham destaque apenas no mês de novembro, quando realizam atividades ao dia da consciência negra “[...] discutimos mais em novembro com alunos, [...] na formação continuada dificilmente tratamos desse assunto, mais é outros temas. (Professora Júlia, 2020).

A narrativa da professora nos permite pensar que há um distanciamento entre o que orienta a Lei nº.10.639/03, com o que tem se desenvolvido no espaço escolar. É preciso resistir a esse modelo único de pensar a educação, centralizada apenas nas discussões amplas, desconsiderando as especificidades, como nos afirma Gomes (2013, p.105) essa “mudança estrutural [...] acarreta uma ruptura epistemológica e curricular”, apesar das articulações das “autoridades e seus instrumentos, em particular a coerção, para garantir a reprodução desse padrão de relações sociais e regular suas mudanças (QUIJANO, 2005, p. 96).

Os resultados indicam a necessidade de (re) pensar os momentos formativos no espaço escolar, que permanecem arraigados numa visão eurocêntrica e hegemônica, de modo que atenda os objetivos da Lei nº. 10.639/03. Apesar de ser um espaço onde as diferenças se fazem presentes, a escola, têm reproduzido um currículo classificatório não apenas nas práticas com os alunos, mas, se estendem aos momentos formativos, heranças no pensar e fazer eurocêntrico, sexista e patriarcal da sociedade brasileira.

Como se percebe na narrativa dos professores, as temáticas outras temáticas, dominaram a maior parte das discussões durante a formação continuada dos professores. Essa organização em trazer para o campo formativo a soberania de alguns temas, não é uma

realidade apenas das escolas públicas estaduais de Mato Grosso, mas, de outras redes de ensino.

A hierarquização temática está ligada a formação cultural e ideológica da sociedade brasileira, na existência de que sempre haverá a imposição de uns sobre os outros, com objetivo de conquistar seu espaço, seja pela aceitação ou não da maioria, “um espaço de dominação disputado e conquistado.” (QUIJANO, 2005^a, p. 130).

Palavras-chave: Educação. Formação continuada. Relações étnico-raciais.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Formação continuada de professores: questões atuais. In: CANDAU, Vera Maria (org.). **Magistério: construção cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COSTA, Candida Soares da. **Educação para as relações étnico-raciais Planejamento escolar e literatura no Ensino Médio**. Cuiabá: EDUFMT, 2013a.

GOMES, Nilma Lino Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação e Diversidade, 2005.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. in: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005.

WALSH, Catherine. Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendocaminos. In: WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.